



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A PEDAGOGIA JESUÍTICA NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS ÚNICAS, CONQUISTAS E VICISSITUDES NO ENTARDECER COLONIAL

Ana Palmira B. S. Casimiro*
(UESB)

Camila Nunes Duarte Silveira**
(UESB)

Maria Cleidiana Oliveira de Almeida***
(UESB)

RESUMO

No Brasil Colonial dos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, a educação religiosa deteve um papel de extrema relevância, sobretudo no que concerne a “Dilatação da Fé e do Império” católicos portugueses. Neste íterim, não é possível constituir uma análise do processo educacional religioso no referido período sem levar em consideração o categórico trabalho exercido pela Companhia de Jesus e, mormente, sem considerar que as ações educacionais dos padres inacianos, em suas diversas modalidades e adaptações, nos quase dois séculos e meio em que estiveram no Brasil, foram imprescindíveis no processo de colonização posto que constituíram elementos organizadores e reguladores da dinâmica social do Império Português.

PALAVRAS-CHAVE: Companhia de Jesus. Educação Religiosa. Brasil Colonial.

*Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Doutora em Educação pela UFBA e Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade no Brasil – HISTEDBR e ao Museu Pedagógico. E-mail: apcasimiro@oi.com.br

**Pedagoga e Historiadora pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Especialista em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação; Mestranda em Memória, Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Bolsista FAPESB e participante do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação-Museu Pedagógico-UESB. E-mail: mila-ped@hotmail.com

***Professora do IFBA, Historiadora pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestranda em Memória, Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; participante do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação-Museu Pedagógico-UESB, E-mail: cleidinha.prof@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

INTRODUÇÃO

No processo educacional brasileiro colonial, gozava de importância fundamental a educação religiosa. Não só na Bahia, mas, em todo o Império Português, a educação religiosa era o fermento e a justificativa maior da existência de toda aquela formação que se dizia predestinada a ‘Dilatar a Fé e o Império’ católicos. Em tal ambiente, a Companhia de Jesus capitaneava não só a educação religiosa, mas, o ensino em geral, seguida de perto pela ação missionária e pelo ensino de primeiras letras. Da experiência inicial, sabemos que vários foram os padres jesuítas que palmilharam a Colônia construindo igrejas e abrindo escolas onde ensinavam os curumins e os filhos dos colonos a rezar, a cantar, a ler e escrever, desde quando os primeiros inacianos aqui aportaram a 29 de Março de 1549.

Da primeira leva, que chegou com Tomé de Souza, três padres jesuítas apresentaram características singulares para a organização do trabalho, representadas nas seguintes unidades: A liderança do Padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), que se encarregava de coordenar os demais, organizando aldeamentos e fundando colégios; a didática de Vicente Rodrigues (1528-1600), a quem ficou destinado o trabalho pedagógico do ensino das primeiras letras e catequese das crianças; e a aprendizagem da língua nativa, sem a qual seria impossível a propagação da fé, incumbência destinada ao padre João de Azpilcueta Navarro (1497-1557). Esses homens dedicaram seus esforços a evangelizar e educar os nativos mediante um método de ensino sob a luz das indicações de Loyola (1491-1556), que, ao longo dos anos, foi sendo adaptado para melhor atrair os curumins.

A pedido de Nóbrega, que precisava de mais irmãos jesuítas na evangelização colonial, Lourenço Braz, Ambrósio Pires, José de Anchieta, Gregório Serrão, Antonio Blasques, João Gonçalves, estes chefiados pelo Padre Luiz da Grã,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

aportaram nas terras tupiniquins em 1553, como reforço para organização deste e de outros colégios. Podemos tomar como exemplo da ação pedagógica dos jesuítas a pedagogia desenvolvida no Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, que dava continuidade às atividades do Colégio na Bahia e expressava, neste período, o sucesso dos jesuítas na Colônia. Ali, a aprendizagem das letras emaranhava-se ao cotidiano das cenas da vida religiosa, pois, ao mesmo tempo em que aprendiam as doutrinas cristãs, as crianças eram direcionadas aos exercícios de ler e escrever.

Mattos (1958, p. 68) relata que os padres faziam uso de cartilhas doadas por D. João III, possivelmente de João de Barros ou do frei João Soares. O ensino do canto orfeônico e dos instrumentos de sopro também era utilizado como importante estratégia de catequização dos índios, contudo, não era destinado a todos. Ao falar da “grandeza” deste colégio, Mattos declara que: “Era indiscutivelmente, a maior e mais importante instituição educacional da colônia por essa época, a ponto de Nóbrega afirmar que ‘ao menos em Portugal não a temos ainda tão boa” (MATTOS, 1958, p.85). Em outras vilas, o atendimento se dava de igual modo e, ao longo do século percebia-se a importância desses colégios, conforme considera Chambouleyron:

O padre Anchieta, em 1585, quando era provincial do Brasil, conta quatro casas (Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga) e os três colégios, o de Pernambuco, com quarenta estudantes de ler e escrever, filhos de portugueses, o da Bahia, com setenta no total e o do Rio de Janeiro, com trinta (CHAMBOULEYRON, 2008, p.79).

Intencionados em trabalhar com um método no qual a catequese caminhava lado a lado com a aprendizagem da leitura e escrita, os padres utilizaram como base o ensino mnemônico por perceberem que por meio da repetição as crianças memorizariam mais rapidamente os ensinamentos. Para tanto, criaram os catecismos dialogados, cujos ensinamentos da doutrina eram repassados em formas de perguntas que deveriam ser respondidas à maneira de diálogos. Tal



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

estratégia remonta aos ensinamentos de Loyola quando, nos *Exercícios Espirituais* incentivava a repetição como forma de exercitar a palavra de Deus.

Em suas cartas, os padres relatavam a importância da aprendizagem por meio dos catecismos dialogados, pois, com o uso deles, as crianças fixariam as orações em suas mentes. Em uma delas, o padre Antonio Blasquez expressou: “Vem cada dia uma vez à escola, aonde se lhes ensina a doutrina e um diálogo onde está recopilado a *summa* da Fé, que o padre provincial ordenou e compoz para que, perguntando e respondendo, com maior facilidade lhes ficasse na cabeça” (CARTAS AVULSAS, 1958, p.152).

O objetivo de dilatação da fé e do Império, juntamente com as principais orientações da Companhia de Jesus (os Exercícios Espirituais, As Constituições da Companhia de Jesus e a *Ratio Studiorum*) certamente padronizaram as atividades jesuíticas no Brasil, de tal forma, que a despeito dos diversos contextos pelos quais passou a educação no decorrer do período colonial, ela, a mencionada educação, sempre manteve uma diretriz facilmente reconhecível, tanto no século XVI, quanto no século XVII e metade do XVIII, quando os inicianos foram expulsos.

Na segunda metade do século XVI e em todo o século XVII, além da ampliação das reduções indígenas em território missionário, os jesuítas também pregaram preconizando a evangelização dos negros pelos seus senhores (BENCI, 1977). Os conteúdos da teologia moral dos quais faziam uso no púlpito e na docência, foram construídos ou resignificando dentro da própria Companhia, principalmente pelos doutores da segunda Escolástica, advindos da Península Ibérica. Com tal arsenal intelectual, os jesuítas sobressaíram-se com a organização de colégios que se multiplicaram rapidamente no território lusitano e nas colônias portuguesas de além-mar¹⁴¹.

¹⁴¹José Manoel Madureira, a partir de informações de Boehmer, apresenta um quadro sinóptico da expansão da Companhia de Jesus, desde 1540 até 1750. Esse quadro mostra que em 1710 o número de jesuítas era de 19.978, distribuídos em 37 províncias e 1 vice-província, 24 casas de profissão, 612 colégios e 24 universidades, 150 seminários, 60 noviciados e 195 residências de missões. Em 1750, apogeu numérico e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

No campo da teologia moral, emblemáticos foram os sermões (depois transformados em livros) do padre jesuíta Antônio Vieira, por todo o século XVII, os quais, provavelmente, serviram de exemplo aos seus coetâneos mais moços como Antonil e Jorge Benci, no início do século XVIII. Tais sermões tanto trataram da evangelização e catequização, como preconizaram um tratamento mais suave para os africanos escravizados.

É plausível que o Padre Vieira, com seu estilo retórico resultante dos arroubos e da sensibilidade da época barroca, com seu conteúdo extremamente dialético e com suas convincentes metáforas bíblicas, tenha influenciado todo o sermonário colonial — tanto com relação à forma quanto ao conteúdo. Focalizando o imaginário religioso por inteiro, observamos uma matriz comum e certa coerência no pensamento religioso daquela época, que se refletem na mensagem teológica, evangélica, catequética, bem como no posicionamento acerca da escravidão institucional, assim como nos comentários acerca da desumanidade no trato com os escravos.

No encalço de Vieira, Jorge Benci, com autorização da Companhia de Jesus e o *imprimatur* da Igreja, escreveu o livro *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (também resultantes de sermões), em 1700, no qual, utilizando a sabedoria do Eclesiástico orienta os senhores a cumprir três obrigações para com os escravos: dar-lhes “*pão, trabalho e disciplina*” para que não desfalecessem, não ficassem ociosos e nem ficassem insolentes. A essas três categorias, o jesuíta acrescenta uma quarta que seria o pão espiritual, ou seja, a evangelização, visando à salvação tanto do escravo como do senhor.

Se, da obra de Benci, podemos dizer que a essência é reformadora e pedagógica, da obra de João Antônio Andreoni (que assinava com o anagrama Antonil), com certeza, pode-se dizer que o seu propósito é outro. Pois, como muitos autores já disseram, a primeira frase do Capítulo IX do Livro Primeiro de *Cultura e Opulência do Brasil*, escrito em 1711, sintetiza o entendimento de Andreoni sobre a

véspera da reviravolta pombalina, havia 22.126 jesuítas, 37 províncias e 1 vice-província, 25 casas de profissão, 578 colégios e 150 seminários (MADUREIRA, 1929, p.7).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

serventia que tinham para o senhor, os escravos: “Os Escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”, e como deveriam ser tratados: “E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço” (ANTONIL, 1982, p.89).

Emblemática, no campo da educação formal, dentre outras, foi a obra pedagógica do jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), pregador inaciano, mestre de noviços no Rio de Janeiro, que, mais tarde, foi nomeado reitor do colégio da Bahia e do Espírito Santo. Dos feitos de Alexandre de Gusmão, o Seminário de Belém¹⁴² se configura em um espaço de certa relevância e foi neste seminário que o jesuíta escreveu a obra *A Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, que preenche uma lacuna no que diz respeito às publicações de textos clássicos brasileiros sobre o tema da infância. Alexandre de Gusmão, contemporâneo de Antônio Vieira e de Simão de Vasconcelos, chegou ao Brasil ainda menino e acabou se tornando jesuíta, e como tal, um educador. Foi com interesses pedagógicos que Gusmão criou o Seminário de Belém, instituição que tinha o intuito de estabelecer uma via de educação, formação e percepção moral nas terras portuguesas.

No Seminário de Belém, Gusmão escreveu *a Arte de Educar bem os Filhos na Idade da Puerícia* em 1689, alguns anos antes de Jorge Benci escrever a sua *Economia Cristã*. O tratado de Gusmão apresenta valores morais e religiosos que deveriam ser ensinados aos meninos nos primeiros anos de sua infância. As estruturas deste manual pedagógico estão entrelaçadas e enraizadas na cultura humanista-renascentista e, sobretudo, na cultura da nova escolástica, tendo por base a regência pedagógica da *Ratio Studiorum*.

A função daqueles estabelecimentos foi, sobretudo, a formação dos quadros da Ordem Jesuítica e a educação dos filhos da elite. Porém, nos territórios colonizados, a ação evangelizadora dos jesuítas tomou outro rumo, tendo em vista

¹⁴² O Seminário como foi fundado no ano de 1687 com caráter popular, para nele se criarem os filhos dos moradores, sobretudo os pobres, que viviam no sertão, e poderem estudar não só os primeiros elementos do ler e escrever, mas também música e latim. (LEITE, 1945, p.167).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

as especificidades da política econômica das colônias e a existência da escravidão. Nesses casos, uma linha missionária especial foi desenvolvida para os redutos missionários (para os índios) e alguns tímidos encaminhamentos foram pensados para a evangelização dos escravizados africanos.

Esse tipo de educação era diferenciado, nas leis e na prática: enquanto os filhos da elite eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder ou para a vida eclesiástica (como parte do alto clero), uma pequena parte das classes populares tinha acesso, restrito, apenas aos rudimentos escolares: ler, escrever e contar. A educação religiosa dos primeiros, ministrada nos colégios, nos seminários e na Universidade de Coimbra, baseava-se em gramática, filosofia, humanidades e artes, e, em caso de ingresso na vida religiosa, completava-se com o estudo de cânones e teologia. A educação religiosa dos segundos (negros, índios e miscigenados), a maioria da população, ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas, consistia apenas no catecismo preparatório para o batismo e para a vida cristã. Visava prevalentemente, ao cumprimento dos deveres para com Deus e para com o Estado.

Não poderia ser de outra forma, uma vez que essa situação era reflexo de todo um abismo social, no qual existiam espaços sociais diferentes para a prática religiosa (irmandades dos brancos e irmandades dos negros); as procissões eram hierarquizadas a partir do lugar social; as missas e, conseqüentemente, os sermões, eram ministrados em espaços diferentes e de forma diferente.

De modo geral, a educação religiosa no Brasil colonial — a catequese, as normas religiosas impostas e obrigatórias, a doutrinação, os castigos, as representações imagéticas, os rituais, os cultos e, principalmente, a pregação — foi, talvez, a forma mais eficiente de ‘educação para a vida’ daquele tempo, pois educava, simultaneamente, os senhores e os escravos, os possuidores e os despossuídos, os poderosos e os subjugados. Educaram para o êxito da empresa



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

colonial, para a manutenção do *status quo* de um pequeno grupo e para a instauração de formas de mentalidades peculiares, que ultrapassaram as barreiras daquele período e que perduram, até hoje, como traços característicos da sociedade brasileira.

Pode-se afirmar que os jesuítas foram os agentes educacionais que mais contribuíram para a eficácia do projeto colonial. Atuando em todas as instâncias possíveis, os religiosos da Companhia de Jesus educaram, formal e informalmente, nos seus colégios, nas missões, na liturgia, na arte e nos sermões, de forma diferenciada a depender do lugar social que ocupava cada educando.

A principal fonte de compreensão de como se cristalizaram as consciências coloniais, prioritariamente as consciências religiosas, leva em conta o modo como se estruturou a vida econômica daquele período. A colonização do Brasil coincidiu com o alastramento do capitalismo mercantil, e a economia implantada na Colônia teve como base a produção do açúcar não só para o consumo e o mercado local e português, mas, principalmente, para o mercado mundial. Nesse contexto, para atender às exigências de produção e de renovação sempre crescente do capital (em forma da mercadoria produzida) o sistema econômico colonial só pôde se viabilizar com a implantação do trabalho compulsório, segundo o entendimento de vários historiadores.

Figueira e Mendes (In: BENCI, 1977) ¹⁴³, por exemplo, colocam a existência da escravidão como condição fundamental para sobrevivência e êxito da empresa colonial — condição pressentida e aceita por toda a sociedade da época, inclusive pelas falanges religiosas. Para tais autores, a colonização foi um sistema socioeconômico regido pelas leis capitalistas e, ao mesmo tempo, baseado no trabalho escravo. Isto significa, dizem, “que tal sistema foi organizado com o objetivo precípua de obter o máximo de sobretrabalho ou mais-valia”. (In: BENCI, 1977, p.16).

¹⁴³Ao introduzir a edição que organizaram da *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, do Jesuíta Jorge Benci. Cf. as Referências.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Essas preocupações não eram alheias aos religiosos portugueses e coloniais. Analisando outras obras de religiosos coloniais, os autores citados observam com que riqueza de detalhes Benci, Andreoni, Manuel Ribeiro da Rocha e Azeredo Coutinho estabeleceram e evidenciaram categorias como “capital, sobretrabalho, lucro, colônia, metrópole, escravidão, colonização, trabalho necessário e excedente”, reveladas, inclusive com minúcias de conteúdo. Assim, como foi dito, por um lado, os jesuítas estavam profundamente envolvidos na missão evangelizadora da Igreja, por outro lado, participavam ativamente da política econômica da Coroa.

Existiram, afirmam Figueira e Mendes, razões fundamentais para a presença de tais categorias econômicas na obra desses religiosos, tais como a posição de classe e a ideologia da burguesia que assumem (sendo Andreoni um dos teóricos mais autênticos da visão capitalista colonial), ou, no caso de Benci e Ribeiro da Rocha, graças à visão moral que os mesmos tinham das relações de trabalho existentes entre senhores e escravos. Mas, o que importa, é que essa literatura abre caminho para a compreensão dos posicionamentos que esses religiosos tinham da escravidão e como, naquela ordem política, eles pensaram e atuaram na educação dos escravos.

A pedagogia jesuítica, implementada a partir das raízes inacianas, isto é, originada e fecundada nos *Exercícios Espirituais*, gestada em conformidade com a parte IV das *Constituições* da Companhia, normatizada e posta em prática segundo a orientação da *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (KLEIN, 1997, p. 26-30) era destinada, prevalentemente, aos Colégios da Companhia de Jesus, em sua atividade educativa (religiosa, humanística e filosófica). Essa pedagogia materializou-se e foi aplicada em colégios da Companhia, que se multiplicaram rapidamente no território lusitano e nas colônias portuguesas de além-mar¹⁴⁴.

¹⁴⁴José Manoel Madureira (1929) apresenta um quadro sinóptico da expansão da Companhia de Jesus, desde 1540 até 1750. Esse quadro mostra que em 1710 o número de jesuítas era de 19.978, distribuídos em 37 províncias e 1 vice-província, 24 casas de profissão, 612 colégios e 24 universidades, 150 seminários, 60



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Aqui chegando, os jesuítas tiveram que se adaptar às peculiaridades do panorama tropical (bastante diferentes daquelas de seus países de origem), tanto no que diz respeito às condições físicas e materiais, quanto às características culturais que foram se plasmando e, lentamente, ganhando formas, naquela nascente sociedade. Isto se deu a partir da contribuição dos elementos colonizadores iniciais: o índio, nativo da terra; o português, conquistador e, pouco depois, o negro, trazido compulsoriamente da África, na condição de escravo. A adaptação desses religiosos não aconteceu de maneira muito fácil. Pelo contrário, como atestam os seus documentos epistolares, os jesuítas enfrentaram, desde o início, dificuldades de toda sorte.

Além dos jesuítas, outras ordens religiosas também aportaram no Brasil colonial e aqui desenvolveram eficiente projeto evangelizador, se bem que, todas elas, subordinadas ao Padroado Régio¹⁴⁵. Mas, pode-se dizer que as características específicas da Companhia de Jesus, estruturada como uma organização ‘moderna’ para o seu tempo, contribuíram para que ela conquistasse mais segmentos do espaço colonial do que as demais ordens, no sentido pretendido pela Igreja Católica e pelo Reino Português. Sobre a Companhia, escreveu Sônia Siqueira:

[...] ofereceu soluções que o momento exigia, diametralmente oposta à dos reformadores protestantes [...] uma espiritualidade de esforço, um trabalho interior cooperando com a graça [...] O sucesso de sua atuação e a rapidez com que ganhou o mundo parecem decorrer de sua própria estrutura: uma instituição moderna que sintetizava as tendências dominantes na vida espiritual do tempo [...] Nela há muito do idealismo, mas também, paralelamente, muito de realismo aceito e incorporado na sua organização, no seu modo de atuar (SIQUEIRA, 1978, p.34).

Para complementar, Portugal e a sua geografia colonial se constituíram também como o espaço mais adequado daquela época, por permitirem que aqueles

noviciados e 195 residências de missões. Em 1750, apogeu numérico e véspera da reviravolta pombalina, havia 22.126 jesuítas, 37 províncias e 1 vice-província, 25 casas de profissão, 578 colégios e 150 seminários.

¹⁴⁵ Cf. Casimiro, 2002.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

religiosos pudessem se espalhar e exercer, com bastante liberdade de ação, a sua 'forma de vida' no Brasil. Tal situação se manteve até que o advento da política pombalina veio 'iluminar' o palco colonial, mudando o cenário e empregando novos personagens, a partir da segunda metade do século XVIII. Diante de tal âmbito de ação, pode-se afirmar que os membros da Companhia de Jesus foram, sem dúvida, desde 1549 até 1759, agentes indispensáveis e eficazes instrumentos organizadores e reguladores da dinâmica social do Império Português, de modo geral, e da sua colônia brasileira, especificamente.

REFERÊNCIAS

- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Est. Bibliogr. Por Affonso Taunay.; notas de Fernando Sales. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1982 (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).
- BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos** (livro brasileiro de 1700) (Estudo preliminar) Pedro de Alcântara Figueira; Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- CARTAS AVULSAS, Belo Horizonte: Itatiaia São Paulo: Edusp, 1998.
- CARVALHO, Rômulo de**. História do Ensino em Portugal: **desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- CHAMBOULEYRON, Rafael**. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: **DEL PRIORE, M. (org.)**. História das Crianças no Brasil: **São Paulo, 2008.p.55-81**.
- FRAGOSO, Hugo (ofm). Presença Franciscana no Brasil em Cinco Séculos de Evangelização. In: **Entre Memória e Utopia**. Primeiro Capítulo Nacional da Família Franciscana. Brasília: CEFEPAL, 1994 (pp.32-65).
- GUSMÃO, Alexandre de. **A arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KLEIN, Luiz Fernando. **Atualidade da Pedagogia Jesuítica**. São Paulo: Loyola, 1997.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil: Século XVI**. Lisboa: PORTUCÁLIA, 1945. 10 v.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

MADUREIRA, J.M. A Liberdade dos Índios, a Companhia de Jesus, sua Pedagogia e seus Resultados. **v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.**

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da Educação no Brasil.** O período heróico. (1549 a 1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio; 56).

VASCONCELOS, de Simão de (S.J.). Crônica da Companhia de Jesus. (Introd.) Serafim Leite. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. 2 v. (Dimensões do Brasil, 5).

VIEIRA, Antônio (S.J.). Escritos Históricos e Políticos. (Org. e prefácio) Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Clássicos).

_____. Sermões Prégados no Brasil II: A Vida Social e Moral na Colônia. (Org. e notas) Hernani Cidade. V. III. Lisboa: República Portuguesa; Ministério das Colônias; Divisão de Publicações e Bibliotecas; Agência Geral das Colônias. 1940.